



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000263-60.2016.8.26.0555 - 2017/000009**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **BO, OF, IP - 3979/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS**
PLANTÃO, 2022/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS
PLANTÃO, 146/2016 - DISE - Delegacia de Investigações
Sobre Entorpecentes de São Carlos
 Réu: **RODRIGO HENRIQUE QUEIROZ**
 Data da Audiência: **05/05/2017**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **RODRIGO HENRIQUE QUEIROZ**, realizada no dia 05 de maio de 2017, sob a presidência do **DR. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor **DR. GLAUDECIR JOSÉ PASSADOR (OAB 66186/SP)**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas **RONALDO DIAS e ALFREDO MARCELO BONFIM VIEIRA**. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado, nessa ordem, para assegurar a ampla defesa (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). A defesa desistiu das oitivas das demais testemunhas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **RODRIGO HENRIQUE QUEIROZ** pela prática de crime de tráfico de drogas. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo laudo pericial. A autoria é certa, uma vez admitida pelo acusado, sendo que a prova oral corrobora com a sua confissão. O acusado é primário e confesso. Assim, requeiro a condenação do agente nos termos da denúncia. Na dosimetria da pena, observo que é possível a incidência do tráfico privilegiado. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Requeiro a apresentação das alegações finais através de memoriais, os quais apresento nesta audiência. O MM. Juiz deferiu o pedido determinando sua juntada nos autos. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. RODRIGO HENRIQUE QUEIROZ**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06. O réu foi notificado (fls. 130) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou a desclassificação da conduta ou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. A materialidade


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

positivada pelo auto de prisão em flagrante de fls. 05/06, auto de exibição e apreensão de fls. 79/81, laudo de fls. 82/90, demais documentos e prova oral. A autoria é cristalina. Ouvido em juízo, o acusado confessou que estava na posse das drogas e que estava realizando a venda de entorpecentes, sendo a quantia apreendida objeto do tráfico ilícito de drogas. Sua versão foi totalmente confirmada pelas testemunhas de acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa. Reconheço as atenuantes da confissão e da menoridade relativa, devendo ser observada a Súmula 231 do STJ. Reduzo a pena de 2/3 perfazendo o total de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa. Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e 719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto. Não vislumbro possível a substituição da pena reclusiva pela restritiva de direitos nem o sursis, diante da análise do caso em concreto, tratando-se de tráfico de drogas em quantidade expressiva, envolvendo ainda "crack". Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **RODRIGO HENRIQUE QUEIROZ** à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão em regime aberto e 166 dias-multa, por infração ao artigo 33, caput, c.c. §4º, da Lei 11.343/06. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Pelo acusado e seu defensor foi manifestado o desejo de não recorrerem da presente decisão. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**
**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Defensor(es):

Acusado: